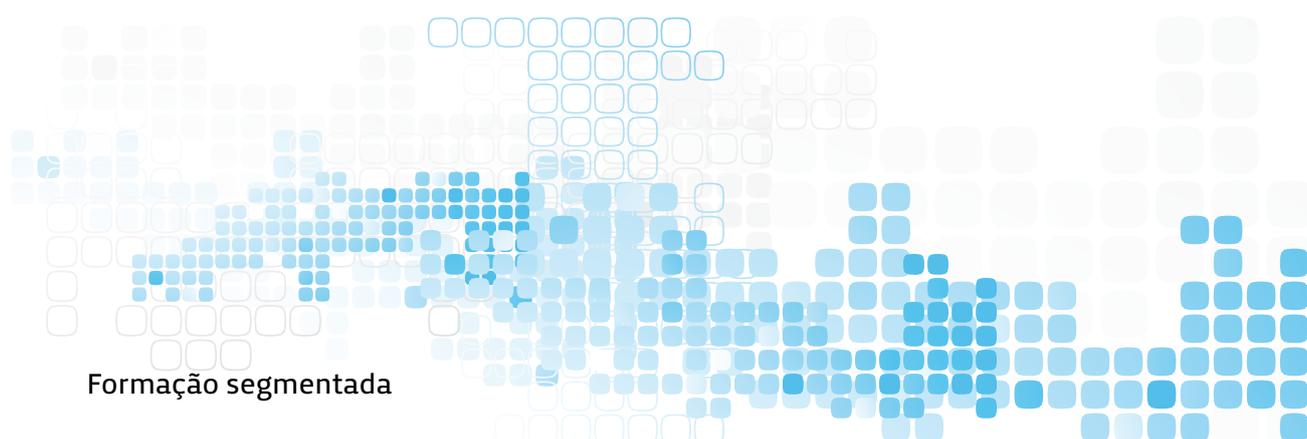


PLANO GLOBAL DE FORMAÇÃO 2010

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS



Formação segmentada



Formação à distância



Formação permanente

PLANO GLOBAL DE FORMAÇÃO DE 2010

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS

FORMAÇÃO SEGMENTADA

JANEIRO

NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF

- 1 – A norma Contabilística e de Relato Financeiro 3
- 1.1 Estrutura Geral da NCRF 3
- 1.2 Objectivo, âmbito e definições
- 1.3 Reconhecimento e Mensuração
- 1.4 Apresentação e divulgação
- 2 – Procedimentos contabilísticos e de relato financeiro na transição
- 2.1 Demonstrações financeiras na transição
- 2.2 Reclassificação e ajustamentos
- 2.3 Do POC para as NCRF: rubricas e situações mais relevantes
- 3 – Aplicação prática de Procedimentos de transição
- 3.1 Metodologia de Transição
- 3.2 Reclassificações
- 3.3 Ajustamentos
- 3.4 Aspectos de apresentação e divulgação

SNC – Pequenas Entidades

- 1 – Enquadramento legal e demonstrações financeiras
- 1.1 Enquadramento legal do sistema de Normalização Contabilística
- 1.2 Noção de pequena entidade
- 1.3 Regime das pequenas entidades
- 1.4 A aplicação do regime de pequenas entidades
- 1.5 Inventário permanente e pequenas entidades
- 1.6 Disposições supletivas gerais
- 1.7 Demonstrações financeiras – modelos reduzidos
- 2 – Estrutura Conceptual
- 2.1 Algumas notas acerca da noção de estrutura conceptual
- 2.2 O POC e a estrutura conceptual
- 2.3 Utilidade da estrutura conceptual
- 2.4 A Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação de Demonstrações Financeiras do SNC
- 3 – A importância acrescida da EC no contexto do novo SNC
- 4 – Alguns aspectos específicos
- 4.1 Introdução
- 4.2 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
- 4.3 Activos fixos tangíveis
- 4.4 Activos intangíveis
- 4.5 Locações
- 4.6 Empréstimos obtidos
- 4.7 Inventários
- 4.8 Rébito
- 4.9 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes
- 4.10 Subsídios do Governo
- 4.11 Alterações em taxas de câmbio
- 4.12 Impostos sobre o rendimento
- 4.13 Instrumentos financeiros
- 4.14 Benefícios dos empregados

SNC – Activos correntes

- 1 – Os activos correntes no SNC
 - 1.1 Activos correntes versus activos não correntes
 - 1.2 Os Activos correntes e a Estrutura Conceptual
 - 1.3 Os activos correntes e as Bases de apresentação das demonstrações financeiras
 - 1.4 Os activos correntes e os modelos de demonstrações financeiras
 - 1.5 Os activos correntes e o Código das Contas
 - 1.6 Os activos correntes e as NCRF
- 2- Reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos activos correntes
 - 2.1 Inventários
 - 2.2 Activos Biológicos
 - 2.3 Clientes
 - 2.4 Adiantamentos a Fornecedores
 - 2.5 Estado e Outros Entes Públicos
 - 2.6 Accionistas/Sócios
 - 2.7 Outras contas a receber
 - 2.8 Diferimentos
 - 2.9 Activos Financeiros detidos para negociação
 - 2.10 Outros Activos Financeiros
 - 2.11 Activos não correntes detidos para venda
 - 2.12 Caixa e Depósitos Bancários

SNC – Activos não correntes

- 1 – Enquadramento dos activos não correntes no SNC
 - 1.1 Introdução
 - 1.2 Reconhecimento e mensuração dos activos fixos tangíveis
 - 1.3 Operações relacionadas com activos fixos tangíveis
 - 1.4 Divulgações
- 2 – Enquadramento dos activos intangíveis
 - 2.1 Definição
 - 2.2 Reconhecimento
 - 2.3 Mensuração inicial
 - 2.4 Reconhecimento como gasto
 - 2.5 Mensuração após reconhecimento
 - 2.6 Amortização
 - 2.7 Imparidade
 - 2.8 Revalorização de activos intangíveis
 - 2.9 Retiradas e alienações
 - 2.10 Activos intangíveis classificados como detidos para venda
 - 2.11 Divulgação
- 3 – Os Investimentos Financeiros no SNC
 - 3.1 Introdução
 - 3.2 Reconhecimento e mensuração
 - 3.3 Divulgações
- 4 – As propriedades de investimento no SNC
 - 4.1 Introdução
 - 4.2 Reconhecimento e mensuração
 - 4.3 Divulgações

Implicações contabilísticas pertinentes do CSC

- 1 – Capital social
 - 1.1 Subscrição e realização do capital
 - 1.2 Modalidades de aumento de capital
 - 1.3 Encargos com aumento de capital
 - 1.4 Prémios de emissão
 - 1.5 Direitos de preferência
 - 1.6 Redução do capital
 - 1.7 Amortização do capital

- 2 – Distribuição de bens aos sócios
- 2.1 Distribuição de lucros
- 2.2 Lucros e reservas não distribuíveis
- 3 – Acções (quotas) próprias
- 3.1 Aquisições
- 3.2 Alienações
- 4 – Fusão e cisão de sociedades
- 4.1 Modalidades
- 4.2 Relação de troca
- 4.3 Método de contabilização
- 5 – Liquidação e partilha
- 5.1 O balanço de partilha
- 5.2 Registos contabilísticos

MARÇO

NCRF 25 – Imposto sobre o Rendimento

- 1 – Introdução
- 2 – Objectivo da norma
- 3 – Âmbito
- 4 – Conceitos fundamentais
- 5 – Base fiscal
- 6 – Reconhecimento de passivos por impostos correntes e activos por impostos correntes
- 7 – Reconhecimento de passivos por impostos diferidos e de activos por impostos diferidos
- 8 – Mensuração
- 9 – Reconhecimento de imposto corrente diferido
- 10 – Apresentação
- 11 – Divulgação

NCRF 12 – Imparidade de Activos

- 1- A imparidade: Conceito de base e seu suporte conceptual e normativo
- 2 – A imparidade no SNC e procedimentos associados
- 2.1 A imparidade no SNC
- 2.2 Procedimentos associados à imparidade
- 3 – Imparidade de activos
- 3.1 Reconhecimento da imparidade em activos não financeiros
- 3.2 Reconhecimento da imparidade em activos financeiros
- 3.3 A imparidade no relato financeiro anual

SNC - Passivos Correntes e não correntes

- 1 – Enquadramento
- 2 – Provisões
- 3 – Acontecimentos após a data do balanço
- 4 – Financiamentos obtidos
- 5 – Responsabilidade por benefícios pós-emprego
- 6 – Passivos por impostos diferidos

NCRF 21 – Provisões, Activos e Passivos Contingentes

- 1 – Introdução
- 1.2 Definições utilizadas
- 1.3 Provisões vs outros passivos
- 1.4 Provisões e passivos contingentes
- 1.5 Condições de reconhecimento e mensuração
- 1.6 Aplicação das regras de reconhecimento e de mensuração
- 1.7 Divulgações
- 1.8 NCRF21 vs POC e legislação complementar
- 1.9 As provisões aquando da adopção pela primeira vez das NCRF

- 2 – Aspectos contabilísticos das provisões, passivos contingentes e activos contingentes: do POC ao SNC
- 2.1 Introdução
- 2.2 O Normativo Comunitário
- 2.3 O Normativo Português: do POC ao SNC
- 2.3.1 Os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites do POC e os pressupostos subjacentes ao SNC
- 2.3.2 A valorimetria dos activos e passivos do POC ao SNC: o caso das provisões
- 2.3.3 Assentos contabilísticos
- 2.3.4 Impacto ao nível das demonstrações financeiras (Individuais e Consolidadas) - no POC e no SNC

ABRIL

NCRF 27 – Instrumentos Financeiros

- 1 – Introdução
- 2 – Objectivo da norma
- 3 – Âmbito
- 4 – Definições
- 5 – Reconhecimento
- 6 – Mensuração
- 7 – Imparidade
- 8 – Desreconhecimento
- 9 – Contabilização da cobertura
- 10 – Divulgações

SNC – Demonstrações Financeiras (NCRF 1, 2, 4, 5 e 24)

- 1 – A importância e exigibilidade da informação financeira
- 1.1 A importância da informação financeira
- 1.2 Harmonização contabilística
- 1.3 A utilidade da estrutura conceptual para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras
- 1.4 Exigibilidade de apresentação da informação financeira
- 2 – Normas Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF)
- 2.1 Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras (NCRF1)
- 2.2 Demonstração de fluxos de caixa (NCRF2)
- 2.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (NCRF4)
- 2.4 Divulgações de partes relacionadas (NCRF5)
- 2.5 Acontecimentos após a data do balanço (NCRF24)
- 3 – As Demonstrações Financeiras no Sistema de Normalização Contabilística
- 3.1 Um conjunto completo de Demonstrações Financeiras
- 3.2 Balanço
- 3.3 Demonstração dos resultados por naturezas
- 3.4 Demonstração dos resultados por funções
- 3.5 Demonstração das alterações no capital próprio
- 3.6 Demonstração dos fluxos de caixa
- 3.7 Anexo
- 3.8 Modelos reduzidos de demonstrações financeiras (Pequenas Entidades)

IRC/IRS – Dossier Fiscal (Organização e Preparação)

- 1 – Introdução
- 1.1 Génese do Dossier Fiscal
- 1.2 Entidades obrigadas à elaboração
- 1.3 Evolução do conteúdo
- 1.4 Legislação/instruções relevantes
- 1.5 Responsabilidade pela organização
- 2 – Caso Geral do Dossier Fiscal
- 2.1 Conteúdo mínimo
- 2.2 Exigências decorrentes da introdução do SNC
- 2.3 Conteúdo conveniente
- 2.4 Tempo da preparação
- 2.5 Vantagens de uma correcta organização
- 2.6 Consequências de organização deficiente

- 3- Situações Particulares
 - 3.1 Regime dos Preços de Transferência
 - 3.2 Imputação de lucros de entidades residentes em “paraísos fiscais”
 - 3.3 Subcapitalização
 - 3.4 Reorganizações empresariais
 - 3.5 Instrumentos financeiros derivados
 - 3.6 Eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos
 - 3.7 Estatuto do Mecenato
 - 3.8 Outras situações
- 4 – Preços de Transferência/Métodos de determinação
 - 4.1 O método mais apropriado
 - 4.2 Método do Preço Comparável de Mercado
 - 4.3 Método do Preço de Revenda Minorado
 - 4.4 Método do Preço de Custo Majorado
 - 4.5 Método do Fraccionamento do Lucro
 - 4.6 Método da Margem Líquida da Operação
 - 4.7 Acordos de Partilha de Custos
 - 4.8 Imputação de Lucros de Entidades Residentes em Paraísos Fiscais
- 5 – Preços de Transferência /Preparação do dossier
 - 5.1 Sugestão de estrutura de organização
 - 5.2 Aproximação a um caso prático
 - 5.3 Documentação relativa a Acordos Intra-Grupo.

NCRF 28 – Benefícios aos empregados

- 1 – Introdução
- 2 – Benefícios dos empregados
 - 2.1 Benefícios a curto prazo dos empregados
 - 2.2 Benefícios pós-emprego
 - 2.3 Outros benefícios a longo prazo dos empregados
 - 2.4 Benefícios de cessação de emprego
 - 2.5 Benefícios de remuneração em capital próprio
- 3 – Código de Contas
- 4 – Reconhecimento e Mensuração
 - 4.1 Benefícios a curto prazo dos empregados
 - 4.2 Benefícios pós-emprego
 - 4.3 Outros benefícios a longo prazo dos empregados
 - 4.4 Benefícios de cessação de emprego
 - 4.5 Benefícios de remuneração em capital próprio
- 5 – Divulgações
- 6 – Principais diferenças face ao POC

MAIO

Código Contributivo da Segurança Social

- 1 – Disposições Gerais e Comuns
- 2 – Regimes Contributivos do Sistema Previdencial
- 3 – Incumprimento da Obrigação Contributiva
- 4 – Regime Contra-Ordenacional
- 5 – Disposições Complementares, Transitórias e Finais

Tributação do Património (IMT/IMI/IS)

- IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
 - 1 – Incidência real ou objectiva
 - 2 – Incidência subjectiva .
 - 3 – Início da tributação
 - 4 – Actualização das matrizes
 - 5 – Reclamação das matrizes
 - 6 – Aspectos particulares – Actividades empresariais no imobiliário
 - 7 – Avaliações

IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

- 1 – Incidência real ou objectiva
- 2 – Incidência Pessoal ou subjectiva
- 3 – Determinação da matéria colectável
- 4 – Liquidação
- 5 – Valor patrimonial tributário excessivo
- 6 – Taxas
- 7 – Pagamento do imposto
- 8 – Tratamento particular dos principais factos tributários

Imposto do Selo

- 1 – Incidência objectiva
- 2 – O imposto do selo enquanto imposto de transmissão
- 3 – Exclusão do imposto do selo enquanto imposto tradicional sobre a despesa.
- 4 – Exclusão do imposto do selo enquanto imposto de transmissão
- 5 – Incidência subjectiva do imposto do selo, enquanto imposto sobre a despesa
- 6 – Incidência subjectiva do imposto do selo, enquanto imposto de transmissão
- 7 – Encargo do imposto
- 8 – Territorialidade
- 9 – Nascimento da obrigação tributária
- 10 – Isenções
- 11 – Alguns casos particulares do imposto do selo

Aspectos Contabilísticos e Fiscais para Entidades Sem Fins Lucrativos (IPSS e Associações)

- 1 - Breve enquadramento jurídico
- 2 – Aspectos contabilísticos das entidades sem finalidade lucrativa
 - 2.1 Breve enquadramento
 - 2.2 Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (POCIPSS) e outros Planos de Contas sectoriais
 - 2.3 O Sistema de Normalização Contabilística
- 3 – A Prestação de Contas
- 4 – A intervenção do TOC
- 5 – Aspectos fiscais das entidades sem finalidade lucrativa
 - 5.1 Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
 - 5.1.1 Determinação da matéria colectável
 - 5.1.2 Obrigações declarativas
 - 5.1.3 Obrigações contabilísticas
 - 5.2 Imposto sobre o Valor Acrescentado
 - 5.2.1 Incidência
 - 5.2.2 Isenções do art. 9º
 - 5.2.3 Obrigações declarativas
 - 5.2.4 Transacções intracomunitárias de bens – regime de derrogação
 - 5.2.2.3 Pessoas Colectivas de Utilidade Pública e de Solidariedade Social
 - 5.2.3.3 Actividades culturais, recreativas e desportivas
 - 5.2.4.3 Outras entidades isentas

Dissolução, liquidação, fusão e cisão de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)

- 1 – Dissolução de Sociedade Comerciais
 - 1.1 Definição
 - 1.2 Causas de Dissolução Imediata
 - 1.3 Causas de Dissolução Administrativa
 - 1.4 Causas de Dissolução Oficiosa
- 2 – Liquidação de Sociedades Comerciais
 - 2.1 Conceito
 - 2.2 O Processo de Liquidação
- 3 – Procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais
- 4 – Procedimento Especial de Extinção Imediata de Entidades Comerciais (cessação na hora)
 - 4.1 Extinção de dívidas da Sociedade
- 5 – Tratamento Contabilístico e Fiscal
 - 5.1 As Operações de Liquidação
 - 5.2 Os movimentos Contabilísticos
 - 5.3 O Caso Particular dos Suprimentos
 - 5.4 Partilha: Valor a Considerar e Tributação

- 5.4.1 Tratamento Fiscal em Sede de IRC
- 5.4.2 Tratamento Fiscal em Sede de IRS
- 5.4.3 Tratamento Fiscal em Sede de IVA
- 5.5 Obrigações Declarativas
- 5.6 Pagamento Especial por Conta
- 5.7 O Caso Particular da Redução do Capital Social
- 5.8 O Decreto-Lei 64/2009 de 20 de Março
- 6 – Fusão e Cisão
- 6.1 Fusões
- 6.1.1 Conceitos
- 6.1.2 O Processo de Fusão
- 6.1.3 Tratamento Fiscal em Sede de IRC
- 6.1.4 Tratamento Fiscal em Sede de IVA
- 6.1.5 Tratamento Fiscal em Sede de IMT
- 6.1.6 Tratamento Fiscal em Sede de Imposto de Selo
- 6.1.7 Contabilização
- 6.2. Cisão
- 6.2.1 Conceito e Modalidades
- 6.2.2 Processo de Cisão
- 6.2.3 Enquadramento fiscal em IRC
- 6.2.4 Tratamento Fiscal em sede de IVA

JUNHO

IVA (Revisão do Código)

- 1 – Incidência
- 1.1 Incidência objectiva
- 1.2 Incidência subjectiva
- 1.3 Localização das operações
- 1.4 Facto gerador e exigibilidade do imposto

- 2 – Isenções
- 2.1 Isenções simples ou incompletas
- 2.2 Isenções completas
- 2.3 Isenções nas importações
- 2.4 Outras isenções
- 2.5 Isenções em legislação avulsa

- 3 – Valor tributável
- 3.1 Nas operações internas
- 3.2 Nas importações

- 4 – Taxas

- 5 – Liquidação e dedução
- 5.1 Condições do direito à dedução
- 5.2 Exclusões do direito à dedução
- 5.3 Modalidades do direito à dedução (reembolsos)

- 6 – Deduções parciais e regularizações
- 6.1 Princípios gerais do direito à dedução
- 6.2 Conceitos
- 6.3 Âmbito de aplicação do Art. 23º CIVA
- 6.4 Regularizações anuais
- 6.5 Outras regularizações
- 6.6 Regularizações no caso de mudança de regime (Art. 25º CIVA)

- 7 – Obrigações dos sujeitos passivos
- 7.1 Obrigações de pagamento
- 7.2 Obrigações declarativas
- 7.3 Obrigações de facturação
- 7.4 Obrigações contabilísticas

- 8 – Regularizações do imposto

- 9 – Regimes especiais
- 9.1 Regime especial de isenção
- 9.2 Regime especial dos pequenos retalhistas

- 10 – Regimes particulares
- 10.1 Agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos
- 10.2 Bens em segunda mão, objectos de arte, de colecção e antiguidades
- 10.3 Tabacos manufacturados
- 10.4 Combustíveis
- 10.5 Ouro para investimento
- 10.6 Venda de pescado em lota
- 10.7 Substituição do devedor do imposto

JULHO

Actualização Fiscal em Sede de IRC

- 1 – Regime especial de tributação de grupos de sociedades
- 2 – Variações patrimoniais
- 3 – Transparência fiscal
- 4 – Provisões
- 5 – Tributação autónoma
- 6 – Resultado da liquidação
- 7 – Prejuízos fiscais

Projectos de Investimento

- 1 – Elaboração e Análise de Projectos de Investimento
- 1.1 Definição do Projecto
- 1.2 Principais Etapas do Projecto de Investimento
- 1.3 Identificação de Oportunidades de Investimento e recolha de dados
- 1.4 Elementos de Avaliação de um Projecto de Investimento
- 1.3 Determinação dos custos e do financiamento do Investimento
- 1.4 Planos de Investimento
- 1.5 Plano de Financiamento
- 1.6 Viabilidade económica e financeira
- 2 – Breve caracterização de programas de incentivo ao Investimento vigentes

IVA – Localização das Operações e Serviços Tributáveis

- 1 – Enquadramento
- 1.1 Introdução
- 1.2 Directiva 2008/8/CE, do Conselho, de 12 de Fevereiro
- 1.3 Directiva 2008/9/CE, do Conselho, de 12 de Fevereiro
- 1.4 Regulamento (CE) n.º 143/2008, do Conselho, de 12 de Fevereiro
- 1.5 Directiva 2008/117/CE, do Conselho, de 16 de Dezembro
- 1.6 Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de Agosto
- 2 – Alterações às regras de localização das prestações de serviços
- 2.1 A nova sistematização do artigo 6.º do CIVA
- 2.2 As duas regras gerais
- 2.3 As excepções comuns às duas regras gerais
- 2.4 As excepções específicas à regra de localização aplicável às prestações de serviços em que o destinatário dos serviços é um não sujeito passivo do IVA
- 2.5 Extensão da territorialidade.
- 2.6 Conclusões sobre as novas regras de localização
- 3 – Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso
- 3.1 Os novos procedimentos dos pedidos de reembolso
- 3.2 O direito à dedução do IVA suportado no estrangeiro
- 4 – Medidas de combate à fraude e evasão fiscais
- 5 – A nova declaração recapitulativa
- 6 – A nova declaração periódica

SETEMBRO

Entidades Empresariais Municipais – Constituição e Obrigações Contabilísticas e Fiscais

- 1 – Enquadramento Jurídico
 - 1.1 Administração Central e Local
 - 1.2 O Sector Empresarial Local
 - 1.2.1 Tipos de Empresas Municipais (EM)
 - 1.2.2 Relações Orgânicas, Estatutárias e Contratuais das EM com os Municípios
 - 1.2.3 As Empresas Municipais face ao Código das Sociedades Comerciais
- 2 – Enquadramento Fiscal
 - 2.1 IRC
 - 2.1.1 Incidência
 - 2.1.2 Apuramento da matéria colectável
 - 2.1.3 Obrigações declarativas
 - 2.2 IVA
 - 2.2.1 Incidência
 - 2.2.2 Isenções
 - 2.2.3 Taxas
- 3 – Regime Económico e Financeiro
 - 3.1 Controlo Financeiro e Fiscalização
 - 3.2 Contabilidade e Prestação de Contas

Código Fiscal de Investimento

- 1 – Objectivo e Âmbito
- 2 – Condições Gerais de Elegibilidade
- 3 – O papel do Conselho Internacional de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento
- 4 – Candidaturas e tramitação do processo
- 5 – Tipos de Benefícios
 - 5.1 Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento Produtivo
 - 5.1.1 Condições de acesso dos projectos de investimento produtivo
 - 5.1.2 Benefícios fiscais e critérios de determinação desses benefícios
 - 5.1.3 Aplicações Relevantes e Despesas Elegíveis
 - 5.2 Benefícios Fiscais com vista à Internacionalização
 - 5.2.1 Condições de acesso dos projectos com vista à internacionalização
- 6 – Regime fiscal do investidor residente não habitual

Contabilidade Orçamental

- 1 – Generalidades
- 2 – Orçamentação
- 3 – Dois elementos básicos do orçamento e controle
- 4 – As secções e o Orçamento Flexível
- 5 – Controle

OUTUBRO

Código do Trabalho

- 1 – Conceitos básicos de Direito do Trabalho
- 2 – O regime jurídico do contrato individual de trabalho
- 3 – Os direitos e deveres do trabalhador
- 4 – A entidade empregadora
- 5 – A formação profissional no Código do Trabalho
- 6 – Regime Jurídico das Férias, Faltas e Feriados
- 7 – Duração e horário de trabalho
- 8 – A retribuição
- 9 – As Formas de Cessação do Contrato de Trabalho
- 10 – Legislação Laboral Complementar

Código da Insolvência

- 1 – Introdução
- 1.1 A insolvência como objectiva principal
- 1.2 A recuperação de empresas como elemento secundário
- 1.3 A responsabilização criminal pela insolvência
- 2 – A responsabilidade do TOC e das empresas de contabilidade
- 2.1 A responsabilidade pela documentação
- 2.2 Junção de documentos ao pedido de declaração de insolvência
- 2.3 Apreensão judicial dos elementos de contabilidade
- 3 – Sujeitos susceptíveis de declaração de insolvência
- 4 – Efeitos da declaração de insolvência
- 5 – Processo
- 6 – Aspectos Fiscais

NOVEMBRO

Código dos Contratos Públicos

- 1 – Âmbito de Aplicação
- 2 – Conceitos e Tipos de Entidades Adjudicantes.
- 3 – A Extensão do Conceito de Entidades Adjudicantes e o Novo Âmbito da Contratação Pública
- 4 – Tipos de Procedimentos
- 4.1 Novos Procedimentos
- 4.2 Critérios de Escolha do Procedimento
- 4.3 Ajuste directo
- 4.4 Concurso público
- 4.5 Concurso limitado por prévia qualificação
- 4.6 Procedimento de negociação
- 4.7 Diálogo concorrencial.
- 5 – Novos Institutos
- 5.1 Leilão Electrónico,
- 5.2 Qualificação
- 5.3 Contratos-Quadro.
- 6 – Conceito e Prática de Documentos e Assinaturas Electrónicas.

Peritagem Contabilística e Fiscal

- 1 – Conceitos: Peritagem Contabilística e Peritagem Fiscal
- 2 – Peritagem e Auditoria
- 3 – Peritagem Contabilística
- Tipos: Judicial, Extrajudicial e Arbitral
- Peritagem e Avaliação
- 4 – A Peritagem no Código do Processo Civil
- A Prova pericial
- Compromisso dos peritos
- Relatório pericial
- Incompatibilidades do perito
- 5 – O perito no Tribunal Arbitral
- 6 – Metodologia e Normas
- 7 – Os peritos na Lei Geral Tributária
- Avaliação Indirecta
- Transmissão de imóveis para efeitos de IRC
- Prova pericial nas regularizações do IVA

NCRF 10 – Custo dos Empréstimos obtidos

- 1 – Introdução
- 2 – Objectivo da Norma
- 3 – Âmbito
- 4 – Definições
- 5 – Reconhecimento

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos
Diferenças em relação ao POC
6 – Divulgações

NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo

- 1 – Introdução
- 2 – Objectivo da Norma
- 3 – Âmbito
- 4 – Subsídios do Governo
- 5 – Apoios do Governo
- 6 – Diferenças em relação ao POC
- 7 – Divulgações

FORMAÇÃO PERMANENTE

SETEMBRO

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

- 1 – Administração Central e Local
 - 2 – A Contabilidade pública e os outros normativos contabilísticos
 - 3 – A Reforma da Contabilidade Pública
 - 4 – Conceitos fundamentais
 - 5 – Contabilidade Orçamental nas Autarquias Locais
 - 6 – Documentos contabilísticos e prestação de contas
 - 7 – Contabilidade orçamental, patrimonial e de custos
- Princípios contabilísticos
Critérios de valorimetria
O Plano de Contas da Autarquias
Estudo das Contas

OUTUBRO

Contencioso Tributário

- 1 – Enquadramento prévio
- 2 – Os princípios do procedimento tributário
- 3 – Os procedimentos impugnatórios
- 4 – Os princípios do processo tributário
- 5 – O reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos em matéria tributária e a determinação da prática de actos devidos
- 6 – Os meios impugnatórios de actos lesivos
- 7 – Os meios cautelares

FORMAÇÃO À DISTÂNCIA

JANEIRO

IVA – Localização das Operações e Serviços Tributáveis

- 1 – Enquadramento
- 1.1. Introdução
- 1.2. Directiva 2008/8/CE, do Conselho, de 12 de Fevereiro
- 1.3. Directiva 2008/9/CE, do Conselho, de 12 de Fevereiro
- 1.4. Regulamento (CE) n.º 143/2008, do Conselho, de 12 de Fevereiro
- 1.5. Directiva 2008/117/CE, do Conselho, de 16 de Dezembro

- 1.6 Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de Agosto
- 2 – Alterações às regras de localização das prestações de serviços
- 2.1 A nova sistematização do artigo 6.º do CIVA
- 2.2 As duas regras gerais
- 2.3 As excepções comuns às duas regras gerais
- 2.4 As excepções específicas à regra de localização aplicável às prestações de serviços em que o destinatário dos serviços é um não sujeito passivo do IVA
- 2.5 Extensão da territorialidade.
- 2.6 Conclusões sobre as novas regras de localização
- 3 – Regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso
- 3.1 Os novos procedimentos dos pedidos de reembolso
- 3.2 O direito à dedução do IVA suportado no estrangeiro
- 4 – Medidas de combate à fraude e evasão fiscais
- 5 – A nova declaração recapitulativa
- 6 – A nova declaração periódica

SNC – Estrutura Conceptual

- 1 – Estruturas Conceptuais em Contabilidade
- 1.1 Um pouco de história
- 1.2 O porquê da Existência de uma Estrutura Conceptual
- 1.2.1 Noção de Estrutura Conceptual
- 1.2.2 Elementos de uma estrutura conceptual
- 1.2.3 Panorama Internacional – Exemplo de Outras Estruturas Conceptuais
- 1.2.4 A opção da U.E.
- 2 – A Estrutura Conceptual do Sistema de Normalização Contabilística Português
- 2.1 A informação
- 2.2 Bases da Estrutura Conceptual
- 2.3 Elementos das Demonstrações Financeiras
- 2.4 Conceitos de base para a preparação das Demonstrações Financeiras

FEVEREIRO

Actualização Fiscal em Sede de IRC

- 1 – Regime especial de tributação de grupos de sociedades
- 2 – Variações patrimoniais
- 3 – Transparência fiscal
- 4 – Provisões
- 5 – Tributação autónoma
- 6 – Resultado da liquidação
- 7 – Prejuízos fiscais

NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das NCRF

- 1 – A norma Contabilística e de Relato Financeiro 3
- 1.1 – Estrutura Geral da NCRF 3
- 1.2 – Objectivo, âmbito e definições
- 1.3 – Reconhecimento e Mensuração
- 1.4 – Apresentação e divulgação
- 2 – Procedimentos contabilísticos e de relato financeiro na transição
- 2.1 – Demonstrações financeiras na transição
- 2.2 – Reclassificação e ajustamentos
- 2.3 – Do POC para as NCRF: rubricas e situações mais relevantes
- 3 – Aplicação prática de Procedimentos de transição
- 3.1 – Metodologia de Transição
- 3.2 – Reclassificações
- 3.3 – Ajustamentos
- 3.4 – Aspectos de apresentação e divulgação

- 1 – Enquadramento legal e demonstrações financeiras
 - 1.1 Enquadramento legal do sistema de Normalização Contabilística
 - 1.2 Noção de pequena entidade
 - 1.3 Regime das pequenas entidades
 - 1.4 A aplicação do regime de pequenas entidades
 - 1.5 Inventário permanente e pequenas entidades
 - 1.6 Disposições supletivas gerais
 - 1.7 Demonstrações financeiras – modelos reduzidos
- 2 – Estrutura Conceptual
 - 2.1 Algumas notas acerca da noção de estrutura conceptual
 - 2.2 O POC e a estrutura conceptual
 - 2.3 Utilidade da estrutura conceptual
 - 2.4 A Estrutura Conceptual para a Apresentação e Preparação de Demonstrações Financeiras do SNC
- 3 – A importância acrescida da EC no contexto do novo SNC
- 4 – Alguns aspectos específicos
 - 4.1 Introdução
 - 4.2 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros
 - 4.3 Activos fixos tangíveis
 - 4.4 Activos intangíveis
 - 4.5 Locações
 - 4.6 Empréstimos obtidos
 - 4.7 Inventários
 - 4.8 Rédito
 - 4.9 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes
 - 4.10 Subsídios do Governo
 - 4.11 Alterações em taxas de câmbio
 - 4.12 Impostos sobre o rendimento
 - 4.13 Instrumentos financeiros
 - 4.14 Benefícios dos empregados

MARÇO

SNC – Activos não correntes

- 1 – Enquadramento dos activos não correntes no SNC
 - 1.1 Introdução
 - 1.2 Reconhecimento e mensuração dos activos fixos tangíveis
 - 1.3 Operações relacionadas com activos fixos tangíveis
 - 1.4 Divulgações
- 2 – Enquadramento dos activos intangíveis
 - 2.1 Definição
 - 2.2 Reconhecimento
 - 2.3 Mensuração inicial
 - 2.4 Reconhecimento como gasto
 - 2.5 Mensuração após reconhecimento
 - 2.6 Amortização
 - 2.7 Imparidade
 - 2.8 Revalorização de activos intangíveis
 - 2.9 Retiradas e alienações
 - 2.10 Activos intangíveis classificados como detidos para venda
 - 2.11 Divulgação
- 3 – Os Investimentos Financeiros no SNC
 - 3.1 Introdução
 - 3.2 Reconhecimento e mensuração
 - 3.3 Divulgações
- 4 – As propriedades de investimento no SNC
 - 4.1 Introdução
 - 4.2 Reconhecimento e mensuração
 - 4.3 Divulgações

- 1 – Os activos correntes no SNC
- 1.7 Activos correntes versus activos não correntes
- 1.8 Os Activos correntes e a Estrutura Conceptual
- 1.9 Os activos correntes e as Bases de apresentação das Demonstrações Financeiras
- 1.10 Os activos correntes e os modelos de demonstrações financeiras
- 1.11 Os activos correntes e o Código das Contas
- 1.12 Os activos correntes e as NCRF
- 2 – Reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos activos correntes
- 2.1 Inventários
- 2.2 Activos Biológicos
- 2.3 Clientes
- 2.4 Adiantamentos a Fornecedores
- 2.5 Estado e Outros Entes Públicos
- 2.6 Accionistas/Sócios
- 2.7 Outras contas a receber
- 2.8 Diferimentos
- 2.9 Activos Financeiros detidos para negociação
- 2.10 Outros Activos Financeiros
- 2.11 Activos não correntes detidos para venda
- 2.12 Caixa e Depósitos Bancários

IRC/IRS – Dossier Fiscal (Organização e Preparação)

- 1 – Introdução
- 1.1 Génese do Dossier Fiscal
- 1.2 Entidades obrigadas à elaboração
- 1.3 Evolução do conteúdo
- 1.4 Legislação/instruções relevantes
- 1.5 Responsabilidade pela organização
- 2 – Caso Geral do Dossier Fiscal
- 2.1 Conteúdo mínimo
- 2.2 Exigências decorrentes da introdução do SNC
- 2.3 Conteúdo conveniente
- 2 – Caso Geral do Dossier Fiscal
- 2.1 Conteúdo mínimo
- 2.2 Exigências decorrentes da introdução do SNC
- 2.3 Conteúdo conveniente
- 2.4 Tempo da preparação
- 2.5 Vantagens de uma correcta organização
- 2.6 Consequências de organização deficiente
- 3 – Situações Particulares
- 3.1 Regime dos Preços de Transferência
- 3.2 Imputação de lucros de entidades residentes em “paraísos fiscais”
- 3.3 Subcapitalização
- 3.4 Reorganizações empresariais
- 3.5 Instrumentos financeiros derivados
- 3.6 Eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos
- 3.7 Estatuto do Mecenato
- 3.8 Outras situações
- 4 – Preços de Transferência/Métodos de determinação
- 4.1 O método mais apropriado
- 4.2 Método do Preço Comparável de Mercado
- 4.3 Método do Preço de Revenda Minorado
- 4.4 Método do Preço de Custo Majorado
- 4.5 Método do Fraccionamento do Lucro
- 4.6 Método da Margem Líquida da Operação
- 4.7 Acordos de Partilha de Custos
- 4.8 Imputação de Lucros de Entidades Residentes em Paraísos Fiscais
- 5 – Preços de Transferência /Preparação do dossier
- 5.1 Sugestão de estrutura de organização
- 5.2 Aproximação a um caso prático
- 5.3 Documentação relativa a Acordos Intra-Grupo.

- 1 – Dissolução de Sociedade Comerciais
 - 1.1 Definição
 - 1.2 Causas de Dissolução Imediata
 - 1.3 Causas de Dissolução Administrativa
 - 1.4 Causas de Dissolução Oficiosa
- 2 – Liquidação de Sociedades Comerciais
 - 2.1 Conceito
 - 2.2 O Processo de Liquidação
- 3 – Procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais
- 4 – Procedimento Especial de Extinção Imediata de Entidades Comerciais (cessação na hora)
 - 4.1 Extinção de dívidas da Sociedade
- 5 – Tratamento Contabilístico e Fiscal
 - 5.1 As Operações de Liquidação
 - 5.2 Os movimentos Contabilísticos
 - 5.3 O Caso Particular dos Suprimentos
 - 5.4 Partilha: Valor a Considerar e Tributação
 - 5.4.1 Tratamento Fiscal em Sede de IRC
 - 5.4.2 Tratamento Fiscal em Sede de IRS
 - 5.4.3 Tratamento Fiscal em Sede de IVA
 - 5.5 Obrigações Declarativas
 - 5.6 Pagamento Especial por Conta
 - 5.7 O Caso Particular da Redução do Capital Social
 - 5.8 O Decreto-Lei 64/2009 de 20 de Março
- 6 – Fusão e Cisão
 - 6.1 Fusões
 - 6.1.1 Conceitos
 - 6.1.2 O Processo de Fusão
 - 6.1.3 Tratamento Fiscal em Sede de IRC
 - 6.1.4 Tratamento Fiscal em Sede de IVA
 - 6.1.5 Tratamento Fiscal em Sede de IMT
 - 6.1.6 Tratamento Fiscal em Sede de Imposto de Selo
 - 6.1.7 Contabilização
 - 6.2. Cisão
 - 6.2.1 Conceito e Modalidades
 - 6.2.2 Processo de Cisão
 - 6.2.3 Enquadramento fiscal em IRC
 - 6.2.4 Tratamento Fiscal em sede de IVA

ABRIL

NCRF 12 – Imparidade de Activos

- 1 – A imparidade: Conceito de base e seu suporte conceptual e normativo
- 2 – A imparidade no SNC e procedimentos associados
 - 2.1 A imparidade no SNC
 - 2.2 Procedimentos associados à imparidade
- 3 – Imparidade de activos
 - 3.1 Reconhecimento da imparidade em activos não financeiros
 - 3.2 Reconhecimento da imparidade em activos financeiros
 - 3.3 A imparidade no relato financeiro anual

SNC - Passivos Correntes e não correntes

- 1 – Enquadramento
- 2 – Provisões
- 3 – Acontecimentos após a data do balanço
- 4 – Financiamentos obtidos
- 5 – Responsabilidade por benefícios pós-emprego
- 6 – Passivos por impostos diferidos

NCRF 21 – Provisões, Activos e Passivos Contingentes

1 – A NCRF21 - Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

- 1.1 Introdução
- 1.2 Definições utilizadas
- 1.3 Provisões vs outros passivos
- 1.4 Provisões e passivos contingentes
- 1.5 Condições de reconhecimento e mensuração
- 1.6 Aplicação das regras de reconhecimento e de mensuração
- 1.7 Divulgações
- 1.8 NCRF21 vs POC e legislação complementar
- 1.9 As provisões aquando da adopção pela primeira vez das NCRF
- 2 – Aspectos contabilísticos das provisões, passivos contingentes e activos contingentes: do POC ao SNC
- 2.1 Introdução
- 2.2 O Normativo Comunitário
- 2.3 O Normativo Português: do POC ao SNC
- 2.3.1 Os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites do POC e os pressupostos subjacentes ao SNC
- 2.3.2 A valorimetria dos activos e passivos do POC ao SNC: o caso das provisões
- 2.3.3 Assentos contabilísticos
- 2.3.4 Impacto ao nível das demonstrações financeiras (Individuais e Consolidadas) - no POC e no SNC

NCRF 28 – Benefícios aos empregados

- 1 – Introdução
- 2 – Benefícios dos empregados
- 2.1 Benefícios a curto prazo dos empregados
- 2.2 Benefícios pós-emprego
- 2.3 Outros benefícios a longo prazo dos empregados
- 2.4 Benefícios de cessação de emprego
- 2.5 Benefícios de remuneração em capital próprio
- 3 – Código de Contas
- 4 – Reconhecimento e Mensuração
- 4.1 Benefícios a curto prazo dos empregados
- 4.2 Benefícios pós-emprego
- 4.3 Outros benefícios a longo prazo dos empregados
- 4.4 Benefícios de cessação de emprego
- 4.5 Benefícios de remuneração em capital próprio
- 5 – Divulgações
- 6 – Principais diferenças face ao POC

MAIO

Análise de Balanços e Estudo dos Indicadores Económicos com Base nos Modelos SNC

- 1 – Recolha de Informação e Trabalhos Preparatórios
- 1.1 Objecto e Método da Análise Económico-Financeira
- 1.2 Informação Extra-Contabilística
- 1.3 Das Peças Contabilísticas para as Peças Financeiras
- 1.4 Principais Mapas de Análise
- 1.5 Alterações decorrentes do SNC
- 2 – Equilíbrio Estrutural (Médio e Longo Prazo)
- 2.1 Aplicações e Origens de Fundos
- 2.2 Fundo de Maneio
- 2.3. Políticas de Investimento e Financiamento
- 4 – Gestão dos Capitais Circulantes (Curto Prazo)
- 4.1 Liquidez
- 4.2 Tesouraria
- 4.3. Indicadores de Actividade e de Gestão
- 5 – Rendibilidade e Risco dos Capitais Investidos
- 5.1 Estrutura de Custos
- 5.2 Rendibilidade Económica
- 5.3 Rendibilidade Financeira
- 5.4 Risco Global

Peritagem Contabilística e Fiscal

- 1 – Conceitos: Peritagem Contabilística e Peritagem Fiscal
- 2 – Peritagem e Auditoria
- 3 – Peritagem Contabilística
- 3.1 Tipos: Judicial, Extrajudicial e Arbitral
- 3.2 Peritagem e Avaliação
- 4 – A Peritagem no Código do Processo Civil
- 4.1 A Prova pericial
- 4.2 Compromisso dos peritos
- 4.3 Relatório pericial
- 4.4 Incompatibilidades do perito
- 5 – O perito no Tribunal Arbitral
- 6 – Metodologia e Normas
- 7 – Os peritos na Lei Geral Tributária
- 7.1 Avaliação Indirecta
- 7.2 Transmissão de imóveis para efeitos de IRC
- 7.3 Prova pericial nas regularizações do IVA

Tributação do Património (IMT/IMI/IS)

IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis

- 1 – Incidência real ou objectiva
- 2 – Incidência subjectiva .
- 3 – Início da tributação
- 4 – Actualização das matrizes
- 5 – Reclamação das matrizes
- 6 – Aspectos particulares – Actividades empresariais no imobiliário
- 7 – Avaliações

IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

- 1 – Incidência real ou objectiva
- 2 – Incidência Pessoal ou subjectiva
- 3 – Determinação da matéria colectável
- 4 – Liquidação
- 5 – Valor patrimonial tributário excessivo
- 6 – Taxas
- 7 – Pagamento do imposto
- 8 – Tratamento particular dos principais factos tributários

Imposto do Selo

- 1 – Incidência objectiva
- 2 – O imposto do selo enquanto imposto de transmissão
- 3 – Exclusão do imposto do selo enquanto imposto tradicional sobre a despesa.
- 4 – Exclusão do imposto do selo enquanto imposto de transmissão
- 5 – Incidência subjectiva do imposto do selo, enquanto imposto sobre a despesa
- 6 – Incidência subjectiva do imposto do selo, enquanto imposto de transmissão
- 7 – Encargo do imposto
- 8 – Territorialidade
- 9 – Nascimento da obrigação tributária
- 10 – Isenções
- 11 – Alguns casos particulares do imposto do selo

Projectos de Investimento

- 1. Elaboração e Análise de Projectos de Investimento
- 1.1. Definição do Projecto
- 1.2. Principais Etapas do Projecto de Investimento
- 1.3 Identificação de Oportunidades de Investimento e recolha de dados
- 1.4 Elementos de Avaliação de um Projecto de Investimento

- 1.3. Determinação dos custos e do financiamento do Investimento
- 1.4. Planos de Investimento
- 1.5. Plano de Financiamento
- 1.6. Viabilidade económica e financeira
- 2 – Breve caracterização de programas de incentivo ao Investimento vigentes

IVA (Revisão do Código)

1 – Incidência

- 8.1 Incidência objectiva
- 8.2 Incidência subjectiva
- 8.3 Localização das operações
- 8.4 Facto gerador e exigibilidade do imposto

9 – Isenções

- 9.1 Isenções simples ou incompletas
- 9.2 Isenções completas
- 9.3 Isenções nas importações
- 9.4 Outras isenções
- 9.5 Isenções em legislação avulsa

10 – Valor tributável

- 10.1 Nas operações internas
- 10.2 Nas importações

11 – Taxas

12 – Liquidação e dedução

- 12.1 Condições do direito à dedução
- 12.2 Exclusões do direito à dedução
- 12.3 Modalidades do direito à dedução (reembolsos)

13 – Deduções parciais e regularizações

- 13.1 Princípios gerais do direito à dedução
- 13.2 Conceitos
- 13.3 Âmbito de aplicação do Art. 23º CIVA
- 13.4 Regularizações anuais
- 13.5 Outras regularizações
- 13.6 Regularizações no caso de mudança de regime (Art. 25º CIVA)

14 – Obrigações dos sujeitos passivos

- 14.1 Obrigações de pagamento
- 14.2 Obrigações declarativas
- 14.3 Obrigações de facturação
- 14.4 Obrigações contabilísticas

15 – Regularizações do imposto

9 – Regimes especiais

- 9.1 Regime especial de isenção
- 9.2 Regime especial dos pequenos retalhistas

10 – Regimes particulares

- 10.1 Agências de viagens e organizadores de circuitos turísticos
- 10.2 Bens em segunda mão, objectos de arte, de colecção e antiguidades
- 10.3 Tabacos manufacturados
- 10.4 Combustíveis
- 10.5 Ouro para investimento
- 10.6 Venda de pescado em lota
- 10.7 Substituição do devedor do imposto

SNC – Empreendimentos Conjuntos

- 1 – Conceitos
- 2 – Aspectos Contabilísticos
 - Operações conjuntamente controladas
 - Activos conjuntamente controlados
 - Entidades conjuntamente controladas
- 3 – Operações entre o empreendedor e o empreendimento conjunto
- 4 – Divulgações
- 5 – Consolidação de Contas
 - Introdução
 - Métodos de Consolidação

Entidades Empresariais Municipais – Constituição e Obrigações Contabilísticas e Fiscais

- 1 – Enquadramento Jurídico
 - 1.1 Administração Central e Local
 - 1.2 O Sector Empresarial Local
 - 1.2.1 Tipos de Empresas Municipais (EM)
 - 1.2.2 Relações Orgânicas, Estatutárias e Contratuais das EM com os Municípios
 - 1.2.3 As Empresas Municipais face ao Código das Sociedades Comerciais
 - 2 – Enquadramento Fiscal
 - 2.1 IRC
 - 2.1.1 Incidência
 - 2.1.2 Apuramento da matéria colectável
 - 2.1.3 Obrigações declarativas
 - 2.2 IVA
 - 2.2.1 Incidência
 - 2.2.2 Isenções
 - 2.2.3 Taxas
 - 3 – Regime Económico e Financeiro
 - 3.1 Controlo Financeiro e Fiscalização
 - 3.2 Contabilidade e Prestação de Contas

Código Contributivo da Segurança Social

- 1 – Disposições Gerais e Comuns
- 2 – Regimes Contributivos do Sistema Previdencial
- 3 – Incumprimento da Obrigação Contributiva
- 4 – Regime Contra-Ordenacional
- 5 – Disposições Complementares, Transitórias e Finais

Aspectos Contabilísticos e Fiscais para Entidades Sem Fins Lucrativos (IPSS e Associações)

- 1 – Breve enquadramento jurídico
- 2 – Aspectos contabilísticos das entidades sem finalidade lucrativa
 - 2.1 Breve enquadramento
 - 2.2 Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social (POCIPSS) e outros Planos de Contas sectoriais
 - 2.3 O Sistema de Normalização Contabilística
- 3 – A Prestação de Contas
- 4 – A intervenção do TOC
- 5 – Aspectos fiscais das entidades sem finalidade lucrativa
 - 5.1 Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas
 - 5.1.1 Determinação da matéria colectável
 - 5.1.2 Pessoas Colectivas de Utilidade Pública e de Solidariedade Social
 - 5.1.3 Actividades culturais, recreativas e desportivas
 - 5.2 Outras entidades isentas
 - 5.1.2 Obrigações declarativas
 - 5.1.3 Obrigações contabilísticas
 - 5.2 Imposto sobre o Valor Acrescentado
 - 5.2.1 Incidência

- 5.2.2 Isenções do art. 9º
- 5.2.3 Obrigações declarativas
- 5.2.4 Transacções intracomunitárias de bens – regime de derrogação

SETEMBRO

Código do Trabalho

- 1 – Conceitos básicos de Direito do Trabalho
- 2 – O regime jurídico do contrato individual de trabalho
- 3 – Os direitos e deveres do trabalhador
- 4 – A entidade empregadora
- 5 – A formação profissional no Código do Trabalho
- 6 – Regime Jurídico das Férias, Faltas e Feriados
- 7 – Duração e horário de trabalho
- 8 – A retribuição
- 9 – As Formas de Cessação do Contrato de Trabalho
- 10 – Legislação Laboral Complementar

Código Fiscal de Investimento

- 1 – Objectivo e Âmbito
- 2 – Condições Gerais de Elegibilidade
- 3 – O papel do Conselho Internacional de Coordenação dos Incentivos Fiscais ao Investimento
- 4 – Candidaturas e tramitação do processo
- 5 – Tipos de Benefícios
- 5.1 Benefícios Fiscais Contratuais ao Investimento Produtivo
- 5.1.1 Condições de acesso dos projectos de investimento produtivo
- 5.1.2 Benefícios fiscais e critérios de determinação desses benefícios
- 5.1.3 Aplicações Relevantes e Despesas Elegíveis
- 5.2 Benefícios Fiscais com vista à Internacionalização
- 5.2.1 Condições de acesso dos projectos com vista à internacionalização
- 6 – Regime fiscal do investidor residente não habitual

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

- 1 – Administração Central e Local
- 2 – A Contabilidade pública e os outros normativos contabilísticos
- 3 – A Reforma da Contabilidade Pública
- 4 – Conceitos fundamentais
- 5 – Contabilidade Orçamental nas Autarquias Locais
- 6 – Documentos contabilísticos e prestação de contas
- 7 – Contabilidade orçamental, patrimonial e de custos
- 7.1 Princípios contabilísticos
- 7.2 Critérios de valorimetria
- 7.3 O Plano de Contas da Autarquias
- 7.4 Estudo das Contas

OUTUBRO

Contencioso Tributário

- 1 – Enquadramento prévio
- 2 – Os princípios do procedimento tributário
- 3 – Os procedimentos impugnatórios
- 4 – Os princípios do processo tributário
- 5 – O reconhecimento de direitos ou interesses legalmente protegidos em matéria tributária e a determinação da prática de actos devidos
- 6 – Os meios impugnatórios de actos lesivos
- 7 – Os meios cautelares

- 1 – Conceito de mais e menos valias
- 2 – Cálculo das mais e menos valias
- 3 – Coeficientes de desvalorização monetária
- 4 – Reinvestimento
- 5 – Tributação
- 5.1 Em sede de IRC
- 5.2 Em sede de IRS
- 5.2.1 Regime simplificado
- 5.2.2 Contabilidade organizada
- 6 – Obrigações declarativas
- 6.1 Em sede de IRC
- 6.2 Em sede de IRS
- 6.2.1 Regime simplificado
- 6.2.2 Contabilidade organizada

SNC – Demonstrações Financeiras (NCRF 1,2, 4, 5, 24)

- 1.1 A importância da informação financeira
- 1.2 Harmonização contabilística
- 1.3 A utilidade da estrutura conceptual para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras
- 1.4 Exigibilidade de apresentação da informação financeira
- 2.1 Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras (NCRF1)
- 2.2 Demonstração de fluxos de caixa (NCRF2)
- 2.3 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros (NCRF4)
- 2.4 Divulgações de partes relacionadas (NCRF5)
- 2.5 Acontecimentos após a data do balanço (NCRF24)
- 3.1 Um conjunto completo de Demonstrações Financeiras
- 3.2 Balanço
- 3.3 Demonstração dos resultados por naturezas
- 3.4 Demonstração dos resultados por funções
- 3.5 Demonstração das alterações no capital próprio
- 3.6 Demonstração dos fluxos de caixa
- 3.7 Anexo
- 3.8 Modelos reduzidos de demonstrações financeiras (Pequenas Entidades)
- 3.8.1 Balanço
- 3.8.2 Demonstração dos resultados por naturezas
- 3.8.3 Demonstração dos resultados por funções
- 3.8.4 Anexo

NOVEMBRO

Código dos Contratos Públicos

- 1 – Âmbito de Aplicação
- 2 – Conceitos e Tipos de Entidades Adjudicantes.
- 3 – A Extensão do Conceito de Entidades Adjudicantes e o Novo Âmbito da Contratação Pública
- 3 – Tipos de Procedimentos
- 3.1 Novos Procedimentos
- 3.2 Critérios de Escolha do Procedimento
- 3.3 Ajuste directo
- 3.4 Concurso público
- 3.5 Concurso limitado por prévia qualificação
- 3.6 Procedimento de negociação
- 3.7 Diálogo concorrencial.
- 4 – Novos Institutos
- 4.1 Leilão Electrónico
- 4.2 Qualificação
- 4.3 Contratos-Quadro.
- 5 – Conceito e Prática de Documentos e Assinaturas Electrónicas.

- 1 – A importância da informação financeira
- 2 – Fontes da informação financeira
- 3 – O papel do TOC na recolha de informação
- 4 – A Estrutura Conceptual e a apresentação e preparação das demonstrações financeiras
- 5 – Finalidade das Demonstrações Financeiras no SNC
- 6 – A importância do Anexo
- 7 – As NCRF e respectivas exigências de divulgação

Contabilidade Orçamental na Administração Pública

- 1 – O Orçamento
 - 1.1 Conceito de receita e despesa pública
 - 1.2 Orçamento do Estado
 - 1.3 Preparação dos Orçamentos
 - 1.4 Aprovação dos Orçamentos
 - 1.5 Documentos Previsionais
 - 1.6 Modificações ao Orçamento
 - 1.7 Execução do Orçamento
- 2 – A Contabilidade Orçamental
 - O POCP e os Planos Sectoriais
 - O registo contabilístico das operações orçamentais
 - Lançamentos contabilísticos da aprovação do orçamento
 - Lançamentos contabilísticos da modificação ao orçamento
 - Lançamentos contabilísticos da execução da receita
 - Lançamentos contabilísticos da execução da despesa
 - Compromissos para exercícios futuros
 - Regime duodecimal
- 3 – A Prestação de contas
 - Finalidade e destinatários
 - Documentos de prestação de contas